



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 60/2022

Adesão à Ata n.º 14/2022

**Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 09/2022 – REFERENTE AO PREGÃO N.º 13/2022 - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU – MATO GROSSO – LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS**

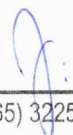
Encaminhado ao setor jurídico, os autos de Adesão à Ata de Registro de Preços para a locação de estrutura para realização de eventos.

O pedido do setor de licitação visa a análise e emissão de parecer quanto a possibilidade de adesão à ata referida, conforme o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A licitação foi deflagrada a partir de pedido formulado pela secretária municipal de turismo e cultura, Sra. Fernanda Ferraz Neto, com justificativa de que há necessidade de locação de infraestrutura para a realização de eventos considerados tradicionais no município. Os eventos, aniversário de emancipação, festival de pesca e praia, natal, réveillon, entre outros estão relacionados.

Embora o objeto esteja conciso e claro, e os futuros eventos relacionados, não restou demonstrado o vínculo entre os eventos, serviços e materiais que serão locados na qualidade de infraestrutura para os eventos.

Nos termos do art. 1º, parágrafo único, III, do Decreto Federal nº 3.931/2001) valer-se do sistema de registro de preços para celebrar contrato com objeto absolutamente idêntico ao da ata que lhe deu origem, isto é, constituir uma ata de registro de preços para simplesmente firmar contrato pela totalidade do valor da ata.

 1



Cumpre inicialmente, destacar alguns pontos acerca do disciplinamento de adesão às atas de registro de preços, com base na legislação vigente e, também, na jurisprudência sobre o tema.

A previsão legal para a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços se encontra inserida na Lei nº 8.666, de 1993 que, em seu art. 15, estabelece as regras gerais acerca do funcionamento do sistema.

A regulamentação dessa modalidade de contratação é feita pelo Decreto nº 3.931, de 2001, conforme disposto no art. 1º, vejamos:

"Art. 1º As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, obedecerão ao disposto neste Decreto".

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Por força ainda do Regulamento admite-se que a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, que não poderá ser superior a um ano, possa ser utilizada, por meio de adesão, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, in verbis:

"Art. 8º A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis

2





fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas”.

Para a adesão na Ata de Registro de Preços é necessário que sejam atendidos os seguintes requisitos:

a) respeito ao prazo de validade do registro e os quantitativos máximos. No caso em tela, o prazo se exaure em 20 de março de 2022.


b) manifestação de interesse do ente que realizou a licitação e do fornecedor, com resposta favorável ao registro.

c) a Administração Pública está obrigada a verificar, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os praticados no mercado. Em relação à vantagem econômica, esta deve ser comprovada para adesão à ata de registro de preços informada, conforme prevê a parte final do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

O SRP, pode ser uma opção economicamente viável à Administração, portanto, preferencial em relação às demais e sua escolha deve ser realizada quando o bem ou serviço for de necessidade de compras habituais, quando houver recomendação de contratações frequentes, quando for viável a entrega parcelada, quando não for possível definir previamente a quantidade exata da demanda.

Cabe ressaltar que toda contratação, inclusive as realizadas por meio de adesões a atas de registro de preço, devem ser precedidas de ampla pesquisa de mercado, visando caracterizar sua vantajosidade sob os aspectos técnicos, econômicos e temporais, sem prejuízo de outras etapas do planejamento, conforme previsto na legislação correlata.

A contratação de serviços de locação de infraestrutura para eventos pressupõe que o gestor tenha a meta de realização de outras festividades, em que pese não constar nos autos a demanda de infraestrutura para cada um dos eventos, estando, portanto, ausente a especificidade do destino da contratação, verifica-se que

 3



utilização do Sistema de Registro de Preços é adequada em situações como a que se encontra sob comento, ou seja, quando a demanda é incerta, seja em relação a sua ocorrência, seja no que concerne à quantidade de bens a ser demandada. Sem no entanto, prescindir prévio planejamento de despesas dos os referidos eventos.

Verifica-se que se encontram anexados aos autos o pedido e a justificativa da administração para a contratação da prestação de serviços, Ofícios solicitando a permissão e aceite com suas respostas positivas, Ata de Registro de Preços, e documentos de habilitação da fornecedora, estando preenchidos os requisitos legais de habilitação da fornecedora.

A Comissão de Licitação providenciou orçamentos para certificar se o preço registrado é compatível com os preços constantes na Ata registrada e os preços de mercado atual.

Por fim ressaltamos que, para atuar como “carona”, faz-se necessário o atendimento dos seguintes requisitos: a) demonstração da vantajosidade da adesão, em detrimento da realização de um novo procedimento licitatório. Há que ser demonstrada a vantajosidade da contratação que ainda não resta evidenciada nos autos. O gestor deverá justificar a contratação através do sistema de carona.

Consta dos autos a indicação dos recursos necessários para custear as despesas da contratação, certificando a disponibilidade orçamentária.

Há ainda que ser observada a previsão de uma margem limite para o quantitativo da contratação, deve-se frisar que, caso a quantidade registrada tenha sido totalmente exaurida pelo órgão gerenciador, por ocasião da contratação, fica impossibilitada a adesão. Pois em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/1993, art. 3º, caput), devem gerenciar a ata de forma que a soma dos quantitativos contratados em todos os contratos derivados da ata não supere o quantitativo máximo previsto no edital.

Sobretudo no caso de prestação de serviços, onde se corre o risco de empresas serem contratadas sem que tenha a capacidade para a execução do objeto, ou realiza de forma precária.

Desse modo, uma vez exaurido o registro, não cabe realizar novas contratações com base naquele registro, uma vez que a licitação foi efetivada para a contratação do objeto fixado.





Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Relevante não incidir na nefasta prática de aquisição de produtos sem licitação, utilizando-se a Ata de Registro de Preços.

Ainda cabe salientar que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Em face ao exposto, o Parecer é pelo prosseguimento da licitação, pela adesão à Ata, na condição de carona.

É o parecer que submeto à autoridade superior.

S.M.J.

Porto Esperidião, 26 de julho de 2022.

  
José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12

Assinada em 26/07/2022 em  
Registro - CAB-INT 0045